



O Encontro juntou, no Funchal, técnicos de contas de 13 países.

Jardim receita 'dieta' ao Estado

MIGUEL FERNANDES LUÍS
mfluis@dnoticias.pt

Foi um presidente do Governo Regional muito próximo das ideias liberais aquele que esteve ontem na abertura da XXII Conferência Internacional do Comité para a Integração Latina Europa América das Ordens dos Técnicos Oficiais de Contas (CILEA), a defender que o sector público nacional deve sofrer uma reforma de redução das suas estruturas e alívio da pressão fiscal sobre cidadãos e empresas. Perante técnicos de contas de 13 países latinos, Alberto João Jardim sublinhou que "o Estado [Português] não precisa de ter a dimensão que tem". Nesse sentido, pediu uma reforma de modo a que a acção do sector público fique limitada às

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, DIZ, "NÃO PODE PACTUAR" COM O GOVERNO

áreas próprias da missão social do Estado. "A opção que se está a seguir é de aguentar os interesses dos grandes especuladores financeiros (...). Sobrecarregar as populações com sacrifícios, inviabilizar as pequenas e médias empresas, só para aguentar um Estado monstro, um Estado polvo, isso não pode ser aceite", criticou o governante.

Já à saída da sala onde discursou, Jardim voltou a tocar neste assunto, para dizer que espera maior intervenção do Presidente da República no segundo mandato, que se inicia na próxima semana: "[Cavaco Silva] não pode pactuar com um Governo que só pensa em lançar mais sacrifícios aos portugueses e que é incapaz de reduzir no Estado aquilo que é preciso".

BASTONÁRIO EXIGE APOIO ÀS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

■ O bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC), António Domingues de Azevedo, considera que é chegada a hora do Governo da República dar a devida atenção às pequenas e médias empresas (PME), em vez de persistir na "fobia megalómana" que se traduz no privilégio das grandes empresas na distribuição dos apoios estatais e na definição da orientação económica do país.

O porta-voz dos técnicos de contas sublinhou que nada tem contra as grandes empresas, mas lembrou que é necessário olhar para a realidade de um país onde

99 por cento das empresas são PME. Nesse sentido, os apoios públicos devem estar de acordo com o papel que os beneficiários assumem na criação de emprego e na dinamização da economia. "Estou de acordo que as grandes empresas proporcionam vertentes muito acentuadas de competitividade, exportação... Os efeitos são imediatos. Mas não podemos esquecer que quando uma empresa de grande dimensão espirra, há muita gente que morre de pneumonia. Quando uma pequena empresa espirra, ela consegue curar-se. Porque é muito mais flexível, consegue reconver-

ter-se às novas realidades", observou o mesmo responsável. Domingues de Azevedo explicou que a União Europeia já compreendeu a relevância do debate desta questão e que é tempo de Portugal também se preocupar com o assunto.

O presidente do executivo madeirense fez coro no reconhecimento da importância das PME, mas numa perspectiva da defesa das liberdades. Na opinião de Jardim, estas empresas "são a espinha dorsal de uma sociedade democrática", pois representam possibilidades de opção quer no consumo quer no investimento.